

Desvio para incentivo fiscal

BRASÍLIA – O governo do Rio Grande do Sul usou parte dos recursos do projeto de reforma do estado, financiado pelo Banco Mundial, para conceder incentivos fiscais às montadoras de veículos e outras grandes empresas para que elas se instalassem no estado. A denúncia está no relatório *Projeto de Monitoramento do Grupo Banco Mundial no Brasil*, produzido por 17 pesquisadores contratados pela Rede Brasil, dos quais dois se dedicaram ao caso gaúcho. Os incentivos fiscais não estavam no programa assinado com o Bird.

O diretor geral do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani, diz que, quando se fez a primeira avaliação sobre como o Rio Grande do Sul estava tocando o projeto, foi incluído como indicador um “parâmetro de gastos públicos”, uma fórmula para assegurar que não estavam sendo feitos “gastos sem sentido”, explica o executivo. Por esse parâmetro, os incentivos fiscais foram reprovados. No geral, porém, o projeto foi considerado “satisfatório” por incluir programas bem conduzidos, como o de combate à pobreza, segundo Nankani.

Conforme o contrato firmado com o Bird, o projeto tinha dois eixos básicos: melhorar as condições financeiras do estado e aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos. Segundo o relatório, porém, concessões de benefícios fiscais nos valores de R\$ 253,3 milhões para a General Motors e de R\$ 200 milhões para a Ford, somados a 179 protocolos assinados entre janeiro de 1995 e julho de 1997 pelo governo, geraram uma perda de receita de US\$ 1,5 bilhão. Ou seja, do ponto de vista de arrecadação, houve piora e não melhora como estava comprometido.

Precariedade – Quando saíram a campo nos estados de São Paulo e Minas Gerais para verificar como andava o projeto Reforsus, sete pesquisadores da Rede Brasil, encontraram dificuldade para obter informações. Também descobriram que os próprios profissionais ligados ao projeto nos conselhos de saúde tinham o mesmo problema. “Existe um precário sistema de informação e comunicação entre as instâncias do governo, trabalhadores da saúde e usuários do sistema. As solicitações do ministério aos estados e municípios chegam sempre em cima da hora”, conclui o relatório da organização.

O coordenador nacional do Reforsus, Gabriel Ferrato, do Ministério da Saúde, contesta: “Todas as informações estão disponíveis.” Para ele, seria impossível ao ministério fiscalizar o projeto em todos os municípios que ele abrange. Já são 933 projetos aprovados, apresentados pelos conselhos municipais e estaduais de saúde, no valor total de US\$ 498 milhões.

O próprio diretor do Bird no Brasil, Gobind Nankani, reconhece: “O Reforsus é um projeto muito importante, mas muito ambicioso.” Segundo Nankani, houve dificuldade de comunicação e troca de informações, principalmente no início, que resultou em falhas na maioria dos projetos apresentados pelos conselhos municipais e estaduais. (J.R.)